



DOI:

## Saberes transformativos em prática na academia (Dossiê)

**Cristiane Portela**<sup>1</sup>

**Mônica Nogueira**<sup>2</sup>

**Sílvia Guimarães**<sup>3</sup>

(Organizadoras)

Falar em saberes transformativos na universidade é de algum modo reivindicar um lugar para a *pedagogia engajada* no ensino superior. Tal propósito parece ainda mais desafiador quando o pensamos no âmbito de cursos de pós-graduação, ainda tão refratários a novas experiências no Brasil. Inspiradas em bell hooks e seus textos reunidos na coletânea *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade* (2013) é que nos remetemos à categoria *pedagogia engajada*, fazendo referência a um movimento que ousa cruzar fronteiras na busca por pensar e fazer diferente daquilo que convencionamos como padrão. No caso específico deste dossiê, significa colocar em suspensão algumas normatividades presentes nas práticas de produção do conhecimento nas universidades, passando a nos orientar pela ideia de que, assim como bell hooks argumenta que a sala de aula deve ser um lugar de entusiasmo, de inconformismo ao tédio e abertura ao novo, a pesquisa acadêmica também pode ser formulada nestes termos. Ela lembra que, se tal debate está relativamente consolidado entre educadores que tratam do ensino na educação básica, o mesmo não acontece em relação ao ensino na graduação e pós-graduação, sendo este ainda um tema permeado por tabus. Sem assumirmos o desafio de abrir a pós-graduação a experimentações teóricas e metodológicas, nos parece improvável aproveitar plenamente os potenciais transformativos que permitam renovar o pensamento e a produção de conhecimento na academia.

Como *locus* que aqui inspira tais aspirações, os textos que compõem este dossiê estão direta ou indiretamente vinculados ao Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais, o MESPT. Trata-se de um programa de pós-graduação intercultural da Universidade de Brasília, que se estrutura hoje como um curso interunidades, reunindo, além do Centro de

---

<sup>1</sup> Doutora em História, Professora do Departamento de História e do Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), ambos da Universidade de Brasília. E-mail: [cristiane.portela@unb.br](mailto:cristiane.portela@unb.br).

<sup>2</sup> Doutora em Antropologia Social, Professora da Faculdade UnB Planaltina (FUP) e Coordenadora do Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT), da Universidade de Brasília. E-mail: [monicacrnogueira@gmail.com](mailto:monicacrnogueira@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Antropologia, Professora do Departamento de Antropologia e do Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília, pesquisadora do INCT Brasil Plural. E-mail: [silviag@unb.br](mailto:silviag@unb.br).

Desenvolvimento Sustentável - CDS (unidade que acolheu inicialmente a iniciativa), o Departamento de Antropologia - DAN, a Faculdade de Educação - FE e a Faculdade UnB Planaltina - FUP. Reconhecendo haver uma pluralidade de sistemas de conhecimento, para além da ciência, o MESPT se propõe a promover a abertura da universidade para essa diversidade e para o diálogo de saberes. É uma iniciativa pioneira para a formação de profissionais indígenas, quilombolas e de sujeitos de outros contextos comunitários abarcados pela categoria Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs) no Brasil, além de profissionais, sem origem comunitária, que atuam junto a PCTs, em posições institucionais diversas (órgãos do poder executivo e judiciário, organizações da sociedade civil e movimentos sociais).

A partir de turmas de aprendizagem multiétnicas, o MESPT oferece uma formação orientada para o desenvolvimento de pesquisas e intervenções sociais, com base no diálogo de saberes (científicos e tradicionais), em prol do exercício de direitos, do fortalecimento de processos autogestionários da vida, do território e do meio ambiente, da valorização da sociobiodiversidade e salvaguarda do patrimônio cultural (material e imaterial) de povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais.

Em sua primeira turma (2011 - 2013) o MESPT recebeu quatorze indígenas – de 13 diferentes etnias -, sendo destinadas outras doze vagas para sujeitos que atuam no campo indigenista. A formação e titulação da primeira turma encerrou a fase inicial do MESPT, ensejando lições e reflexões para o aprimoramento da iniciativa e a construção de uma nova fase de experimentações. A segunda turma (2015 - 2017) ampliou o escopo do curso ao acolher também quilombolas e representantes de outros povos e comunidades tradicionais, além dos indígenas. Compuseram a turma oito indígenas (de 7 diferentes etnias), oito quilombolas, dois geraizeiros, um pomerano e onze profissionais aliados que atuam junto a povos e comunidades tradicionais. Durante o processo de constituição dessa turma tornou-se mais evidente não só a complexidade do exercício proposto, mas também as potencialidades até então insuspeitas, sobretudo das práticas metodológicas colaborativas, pautadas em uma lógica de inclusividade que estes povos ensinam à universidade.

A terceira turma (2016 - 2018) foi composta exclusivamente por sujeitos de povos e comunidades tradicionais: seis indígenas, seis quilombolas, e seis representantes de outras comunidades (geraizeiros, quebradeiras de coco, extrativistas da Amazônia, retireiras). Na ocasião, o MESPT reitera o seu posicionamento em favor da ampliação da diversidade de sujeitos do conhecimento na academia, a partir de uma estratégia de inclusão não baseada em cotas - ou seja, na reserva de vagas em cursos estabelecidos -, sem desmerecer a importância das cotas, mas apostando na composição de comunidades de aprendizagem multiétnicas, como diretriz político-pedagógica para a modelagem de uma formação propriamente intercultural

A quarta turma (2017 - 2019) - que se encontra em curso na data de fechamento deste dossiê - é composta por vinte estudantes de origens ainda mais diversas: cinco quilombolas, cinco indígenas, dois representantes de comunidades de terreiro, uma cigana, uma pescadora artesanal e um ribeirinho, além de outros cinco profissionais aliados, sem origem comunitária. A inserção de povos de

terreiro e daqueles oriundos dos territórios das águas, nesta quarta edição, trouxe outras pautas para o MESPT, alargando seus horizontes empíricos e teóricos. Também a crescente presença e proeminência de mulheres nesse coletivo vem jogando luz sobre os contornos do que pode ser designado como outros feminismos, negro e comunitário, mas sobretudo atento às interseccionalidades (entre as condições de gênero, raça, classe, etnia).

No decorrer destes anos, coletiva ou individualmente, o MESPT veio transformando profundamente as nossas compreensões (de professoras, estudantes e colaboradoras) sobre a universidade, sobre a produção do conhecimento, as metodologias de pesquisa, a relação entre a pesquisa acadêmica, na educação básica e nos diferentes espaços comunitários de produção do conhecimento. É um pequeno recorte destas reflexões que perpassam os textos que compõem essa coletânea.

Partimos do princípio de que a formação de uma intelectualidade oriunda de povos e comunidades tradicionais - assim como aquela oriunda de estudantes de periferia - ambos marcados por interseccionalidades diversas e que cada vez mais exigem o acesso à universidade, configura um processo de agenciamento demandado por essas mesmas coletividades, e isso deve ser considerado, buscando compreender quem são os nossos estudantes em suas coletividades. Tal inserção na universidade tem resultado em reflexões muito significativas do ponto de vista das experiências vivenciadas em contextos comunitários, incitando debates caracterizados por uma pluralidade de visões de mundo, concepções cosmológicas, posicionamentos políticos, compreensões narrativas e situações históricas distintas. A própria presença e especificidade das produções desses sujeitos provoca questionamentos às concepções epistemológicas e procedimentos metodológicos que norteiam a universidade. Consideramos ser nossa função como pesquisadoras, estimular essas fissuras a fim de construir uma universidade mais justa e plural, sem perder de vista a qualidade e os rigores que devem fazer parte do processo de produção do conhecimento acadêmico.

Muito se tem debatido academicamente sobre o potencial de estímulo a produções que possam fazer frente à *colonização do conhecimento*, dado o reconhecido esgotamento dessa perspectiva, conforme demonstrado especialmente pelas reflexões do campo das ciências humanas e sociais, alinhadas com teorias críticas diversas: leituras pós-coloniais, os estudos da decolonialidade e as perspectivas afrocentradas, do feminismo negro e do feminismo comunitário, entre outras. Associam-se nessas críticas três elementos: a) a preocupação em pensar de forma articulada o conteúdo das pesquisas produzidas; b) a elaboração de metodologias inovadoras para o desenvolvimento destas e c) a consideração do lugar de fala dos novos sujeitos que articulam um deslocamento em relação às trajetórias clássicas de formação intelectual no Brasil e outros países periféricos. Temos como consequências desses deslocamentos, algumas possibilidades de pesquisa, que buscamos acolher e impulsionar no MESPT.

Em geral, os problemas de pesquisa formulados no âmbito do mestrado conduzem a reflexões que dizem respeito a mais de um campo disciplinar, na

busca por equacionar problemas que afetam diretamente as comunidades às quais estão vinculadas/os estes estudantes. Há também a preocupação em assegurar que estes resultados de pesquisa não se restrinjam a reflexões teóricas que sejam desconstruídas com as realidades das comunidades, sendo estimulado que as pesquisas retornem a seus *loci* de pesquisa na forma de produtos diversos que acompanham as dissertações ou que, por vezes, se convertem no próprio resultado do mestrado. Como resultado disso, parte das pesquisas guarda relevante incidência sociopolítica, sendo reconhecido este potencial no campo indigenista, quilombola e de povos e comunidades tradicionais, o que se evidencia por um amplo e diversificado conjunto de aliados com os quais estabelecemos interlocução e que asseguram o apoio à iniciativa.

O sentido aprioristicamente informado pela ideia de *diálogo de saberes* diz respeito ao reconhecimento dos processos de produção de conhecimento em diferentes lugares e nos lembra que estes não estão restritos à universidade. Se assumir este desafio é sem dúvida imprescindível, em especial neste momento em que as conquistas históricas destes povos encontram-se ameaçadas, os trabalhos resultantes do MESPT e dessa intelectualidade insurgente, anunciam que podemos ir além, percorrendo caminhos possíveis para assumirmos metodologias e narrativas pouco convencionais como processos legítimos na universidade, sinalizando outras epistemologias, de caráter insurgente. Isso se configura, de algum modo, em força desestabilizadora da academia naqueles aspectos hegemônicos que predominam convencionalmente. Tem sido nosso desafio, como docentes, compreender essas insurgências de modo a valorizar categorias êmicas *pari passu* com conceitos já consolidados na literatura que trata dos temas que estruturam o curso e apoiam os projetos de pesquisa de professoras e estudantes. Tal exercício demanda uma escuta sensível e crítica, mas que deve também estar atenta ao risco de qualquer forma de exotização que possa reforçar estereótipos em torno desses sujeitos e povos.

Por fim, as possibilidades de reinvenção das relações sociais também têm sido experimentadas no MESPT, com base na composição de suas turmas como comunidades de aprendizagem, pelo convívio na diversidade. Nesse contexto, empreende-se um esforço prático e reflexivo contra distâncias e assimetrias, em favor da construção de alianças estratégicas, - sejam essas entre sujeitos de diferentes povos e comunidades tradicionais, seja desses com pessoas e profissionais de contextos não comunitários. Deve-se destacar, no tocante às interações proporcionadas pelo curso, que é muito significativa a convivência e as relações estabelecidas com e entre os estudantes-pesquisadores e, conseqüentemente, entre e com as comunidades às quais pertencem ou são aliados.

Com este dossiê apresentamos com alegria a reunião de trabalhos de autoria de pesquisadoras e pesquisadores egressa/os do MESPT ou que realizam reflexões em torno da iniciativa. Integra também a coletânea um artigo de parceira/os, pesquisadora/es da Universidade Veracruzana no México, que atuam em uma iniciativa de mestrado que, como o MESPT, se pauta em uma perspectiva intercultural, o Mestrado em Educação para a Interculturalidade e a Sustentabilidade (MEIS).

No conjunto, os artigos oferecem uma mostra do potencial das produções de intelectuais indígenas, quilombolas e outros PCTs em desafiar os saberes acadêmicos hegemônicos por meio de suas proposições, tanto por meio de seus formatos de trabalho, quanto pelos novos conceitos, teorias e metodologias que são acionados nas pesquisas. O dossiê se refere a saberes que se mobilizam na experiência a que são submetidos esses sujeitos, tanto de docentes quanto discentes, inseridos em um processo que anuncia outras epistemologias no âmbito acadêmico. Os trabalhos se referem a formas de potencializar a academia na visibilização de outras narrativas, na construção de outros processos metodológicos, na transformação de saberes acadêmicos e conjugação entre academia e ativismo.

Percorrendo os artigos deste dossiê, encontramos o artigo de Eliane Monzilar, mestre pelo MESPT (turma de 2011 a 2013), que nos convida a conhecer a potência do espaço escolar indígena do povo Umutina enquanto *locus* de “fazeres culturais”, isto é, onde se efetiva uma rede de interação entre professores, estudantes, pais, mães, lideranças, anciãs e anciãos ou onde se conectam o fazer e o aprender o conhecimento. A escola passa a ser tempo e espaço de subversão, assim, nos termos da autora, a escola indígena é não somente um caminho de acesso ao mundo não-indígena, mas também caminho para transitar e conhecer o universo indígena. Atravessada pela perspectiva do povo indígena Umutina, a escola é espaço de fortalecimento das práticas tradicionais.

Seguimos com o trabalho de Franklin Silva, também mestre pelo MESPT (turma de 2011 a 2013), que apresenta uma discussão sobre a inserção da lógica e prática capitalistas entre seu povo, os Baniwa, e revela, por meio de uma descrição envolvente, diversas dimensões das formas de viver de seu povo. Apresenta como transformações nos modos de pescar e caçar vêm trazendo mudanças nos regimes alimentares e ameaçando a soberania alimentar no alto Rio Negro. Argumenta que o excesso e a facilidade de acesso de bens industrializados vêm ameaçando as tecnologias tradicionais que preservam o meio ambiente, mas defende a importância de se pensar processos de conscientização como uma forma de reverter e controlar a presença intensa do capitalismo.

O trabalho de Cosme Rite, mestre pelo MESPT (turma de 2015 a 2017), nos apresenta formas de narrar o processo violento de ações da ditadura militar sobre os povos indígenas. Trata da retirada do povo *A'wûê* - conhecidos na sociedade envolvente como Xavante de Marãiwatsèdè - de seu território no período da ditadura militar no Brasil, violência esta que incide diretamente mas encontra resistência na potência do modo de viver *Wahoiromanadzé*, em sua terra sagrada onde foram, serão e são *Marãiwatsété tsipodo*. Em uma junção articulada entre espacialidades, temporalidades e histórias, Cosme revela a resistência e resiliência de um povo na luta por retomar seu território. A travessia iniciada a partir da expulsão estatal durou quarenta e sete anos, momento em que este povo viveu em condição de diáspora (entre 1966 e 2013) sob enorme sofrimento e tristeza, mas firmes no propósito de reocupação territorial. Cosme Rite nos apresenta seu percurso metodológico ancorado na vida *A'wûê*, sendo a pesquisa denominada de *dahimitsutu romhuri manhari*

(traduzido como "trabalho feito em conjunto"). Ele argumenta que do mesmo modo como os *A'uwê* correm unidos na corrida de tora, essa pesquisa foi feita em conjunto, foi "corrida" por muitos. Assim, de acordo com o autor, trata-se de uma produção coletiva, isto é, foi feita por ele em conjunto com os homens no *Warã* e as mulheres em suas lidas cotidianas, os quais decidiram sobre os caminhos de pesquisa.

Os conflitos territoriais e socioambientais em que vive o povo pomerano no oeste do estado do Espírito Santo são o caso discutido pelo pesquisador Helmar Spamer, mestre pelo MESPT (turma de 2015 a 2017). Helmar discute como sua comunidade foi classificada por meio de categorias estatais de gestão territorial que ignoram as especificidades comunitárias tradicionais. O pesquisador nos leva aos meandros do conflito em torno da criação do Parque Nacional dos Pontões Capixabas, que se sobrepõe ao território de uma comunidade pomerana. Para lidar com essa ameaça, os pomeranos se mobilizam e se organizam em defesa do seu território tradicional, acionando um processo de avivamento e afirmação identitária por meio da apropriação da noção de Povos e Comunidades Tradicionais. O pesquisador apresenta um contexto de conflito territorial marcado por paradoxos entre direitos, saberes e modos de vida dos povos e comunidades tradicionais e as políticas de conservação ambiental em curso no país.

Carolina Rodrigues, mestre pelo MESPT (turma de 2015 a 2017) e profissional aliada que atua no campo indigenista, nos leva a refletir sobre os rumos que o discurso jurídico relativo aos povos indígenas tem tomado. A autora afirma que a Constituição de 1988, no Brasil, reconheceu aos povos indígenas os direitos originários sobre as terras que ocupam, garantindo o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Por sua vez, a narrativa jurídica caminha por interpretações mais restritivas acerca de alguns conceitos fundamentais, dificultando o exercício do direito de autodeterminação pelos povos. A autora analisa detalhadamente como decisões jurídicas baseadas em uma tradição privatista não têm permitido a efetivação da livre determinação dos povos indígenas em relação ao uso de seus territórios. Essa perspectiva ameaça a reprodução física e cultural, não sendo asseguradas condições de autonomia e dignidade aos povos indígenas.

Braulina Aurora, indígena Baniwa, e estudante de mestrado em Antropologia Social na Universidade de Brasília, nos apresenta uma discussão referente a questões de gênero e processos de colonização no Alto Rio Negro. A pesquisadora faz uma reflexão a partir de uma perspectiva autoetnográfica, se posicionando como mulher indígena e ativista dos direitos indígenas e das mulheres, mas também ancorada, em produções coletivas produzidas por mulheres Baniwa. Seguindo as trilhas dessas mulheres, a autora discute como ações de colonização, partindo das igrejas cristãs, violaram o direito de práticas culturais de mulheres Baniwa, em um contexto em que cuidados com o corpo eram interditados sob a justificativa de serem "tabus e coisas do diabo". Essa faceta do contato violento com os povos indígenas, por vezes explícita, foi em algumas situações desencadeado de maneira silenciosa, impondo uma disciplina às corporalidades das mulheres. No entanto, estratégias de subversão aconteceram também de maneira silenciosa por parte dessas mulheres. São sobre estes silêncios e balbucios que Braulina constrói suas argumentações. Ela

nos ensina que nos locais onde se encontravam, quando os colonizadores menos esperavam, o conhecimento sobre o cuidado com o corpo era repassado entre as mulheres Baniwa. Por fim, demonstra que hoje, estas mulheres indígenas se encontram em locais diversos, subvertendo poderes hegemônicos, construindo e vivenciando os seus saberes tradicionais em diálogo com outros.

Layla Cesar e Joaquim Neto fazem uma análise da inserção do MESPT na universidade a partir da perspectiva de alguns estudantes indígenas, quilombolas, ciganas/os, pescadoras/es e de povos de terreiro do curso. Acabam por refletir que a academia enquanto espaço de transformação social é movida pela experiência dos estudantes. Argumentam que o MESPT, no contexto dos cursos interculturais, surge como um espaço que oportuniza a promoção da expansão da interculturalidade como princípio e o deslocamento da academia para o diálogo com experiências não-eurocêntricas. Consideram que este espaço enuncia ao mundo acadêmico que outros mundos são possíveis e legítimos. Para estes pesquisadores que não são oriundos de contextos comunitários, quando corpos e saberes marginalizados estão na universidade, temos a oportunidade de ressignificar esse espaço e as suas funções, em busca de um diálogo não-violento entre povos e suas visões de mundo.

Juliana Merçon e Gerardo Frenk trazem uma análise crítica e reflexiva em torno do Mestrado em Educação para a Interculturalidade e a Sustentabilidade (MEIS) do Instituto de Investigações em Educação da Universidade Veracruzana, no México, considerado um curso-irmão do MESPT, pelos valores e propósitos compartilhados de construir uma outra academia a partir do exercício intercultural na pós-graduação. Os autores do artigo compartilham ideias e um exercício auto-reflexivo sobre a dinâmica do MEIS e o desencadeamento de processos de transformação das práticas acadêmicas e das relações interculturais e socioambientais a elas associadas, no contexto mexicano. Oferecem assim perspectiva à experiência do MESPT e convidam à reflexão sobre a urgência histórica de renovação do exercício acadêmico, pela via da inclusão e do diálogo intercultural.

Ao terminarmos a leitura de textos deste dossiê, sentimos que as *escrevivências* (expressão cunhada por Conceição Evaristo) estão acontecendo para além das fissuras dos cânones literários, ocorrendo em diferentes cenários, na universidade e para além dela, forçando uma estrutura que percebemos não ser tão consolidada e impenetrável como nos anunciaram as leituras hegemônicas. Outras histórias passam a ser contadas e saberes acadêmicos florescem. Com esperanças renovadas, apreciamos a abertura da Universidade de Brasília para novas configurações acadêmicas voltadas ao exercício intercultural. Dentro deste cenário, podemos afirmar que o MESPT passa a ser espaço e tempo de compartilhamento de experiências e também de transformações no ambiente acadêmico. Resta-nos refletir se (e o quanto), estamos realmente abertos a acolher esse crescimento pujante e vigoroso que os acadêmicos com corpos e saberes contra-hegemônicos produzem e nos convidam a partilhar. Por fim, para que essa intelectualidade insurgente no Brasil possa efetivamente incidir na transformação da realidade de nossa sociedade e das suas comunidades, é imprescindível reconhecer que não há dissociação entre formação intelectual, atuação profissional e os modos de vida que nos constituem como sujeitos, seja

individual ou coletivamente, a partir de marcadores de pertencimento cultural ou pelas inscrições profissionais que igualmente nos atribuem identidades e nos envolvem em engajamentos específicos. Partimos aqui, portanto, de uma concepção que lê o intelectual como aquele que se apresenta como sujeito pleno e não-monolítico, combatendo uma visão estereotipada que distingue mente, corpo e concepções ontológico-afetivas, e nos faz crer que o intelectual opera somente como mente, fracionando-se ao assumir esse papel. Ao contrário disso, acreditamos que, como nos lembra o malinês Hampatê-Bá (2010)<sup>4</sup>, "a vida não se fatia". Os textos que compõem este dossiê são parte desse conjunto de sinais que nos lembram sobre como a inteireza dos sujeitos pode trazer novas luzes (mais plurais!) à universidade.

---

<sup>4</sup> Referência: HAMPATÉ BÂ, Amadou. "A tradição viva" In: KI-ZERBO, Joseph (ed.). História Geral da África I. Metodologia e Pré-história da África. Brasília: Unesco, 2010.